

Nossos conflitos

Enquanto em outros Estados os sem-terra ameaçam com a ocupação de propriedades, o problema fundiário na Amazônia Ocidental apresenta suas próprias características. Alguns desses traços peculiares puderam ser identificados em uma das mesas-redondas do VIII Encontro de Pesquisadores da Amazônia, em Porto Velho.

Aberta na última segunda-feira, a reunião promovida pelo Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal é a oportunidade em que os produtores de conhecimento científico da região podem comunicar seus achados, intercambiar sua experiência e opinar sobre os mais diferentes aspectos da vida na região.

Ao abordarem, na manhã de ontem, os problemas das relações interétnicas impostas pelo contato dos grupos indígenas com a sociedade envolvente, especialistas foram surpreendidos com denúncia formulada por lideranças de movimentos de defesa do ín-

dio e do ambiente. Uma espectadora pediu a palavra e, emocionada e respirando com dificuldade, informou que, às proximidades de Vilhena (RO), foram localizados três novos grupos, dos quais um ainda está por ser identificado. Os outros dois já foram contatados.

O que se sabe a respeito daquele grupo é que ele existe e sua maloca foi fotografada antes do dia das eleições municipais. Quando os habitantes do lugar regressaram de Vilhena, até onde foram, para votar, encontraram apenas escombros. As informações referem-se à ação de tratores que, a mando dos fazendeiros da área, teriam derrubado tudo o que encontraram pela frente. Teriam sido ouvidos disparos de arma de fogo, segundo as mesmas denúncias.

Semana passada, a absorção relativamente rápida, pelos uaimiris-atroaris, das relações de mercado, ameaçavam a paz entre esse grupo e a empresa Parapanema.

Ainda no encontro de pesqui-

sadores, foi dito que já se registram alguns casos de ocorrência do vírus HIV dentre os índios da região.

Pode-se estar no limite de uma situação. Primeiro a resistência, depois a execução lenta e, por fim, o reviravolta decorrente do Decreto nº 1.775, entravaram o processo de demarcação dos territórios indígenas. Mesmo as terras já demarcadas não estão infensas à ação dos invasores, sem que até o momento se tenha conseguido a obediência estrita aos limites fixados.

Assim, a questão da reforma agrária assume facetas diferentes, trate-se dos sem-terra excluídos da sociedade dita civilizada ou dos grupos de nativos que ocupam tradicionalmente distintas áreas do território brasileiro. Enquanto os primeiros desejam um pedaço de terra para trabalhar e ganhar o sustento de milhões de famílias, os índios não reivindicam mais que ter para si parte do que lhes pertencia quando aqui aportaram os navegadores europeus.

De qualquer forma, o tom dos debates mostra que a situação já esteve pior, menos pela forma de relações mantidas entre as partes em litígio ou em vias de protagonizá-los, mas em razão de hoje existirem organizações e instâncias nas quais o assunto pode ser debatido. Por isso, conhecem-se, agora, certas ocorrências que, em passado não tão remoto, tinham na ignorância das autoridades e sobretudo da população, forte motivador de sua repetição.

Dos que condenam toda e qualquer reunião de estudiosos e pesquisadores, ou dos que não compreendem o drama dos índios brasileiros, as denúncias merecerão a resposta usual: o esquecimento total, se não a identificação dela com o propósito de prejudicar a economia nacional. Os que encaram honestamente o trabalho dos pesquisadores e não alimentam preconceitos contra seres diferentes, porém, verões nas denúncias um dentre muitos dos resultados positivos que o VIII Encontro de Pesquisadores da Amazônia produzirá.

17/10/96
A. C. P. / M. C.